

PARECER Nº , DE 2005

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,
sobre o Projeto de Lei nº 367, de 2004, que *adiciona um
artigo à Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para o
fim de conceder participação aos Estados e Municípios
no resultado da exploração de energia nuclear.*

RELATOR: Senador **ROBERTO SATURNINO**

I – RELATÓRIO

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 367, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, com vistas a propiciar compensação financeira a Estados e Municípios que sediem usinas termonucleares de geração de energia elétrica, assim como aos Municípios limítrofes.

O autor da matéria propõe inserir um art. 20-A na Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, que *dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.*

A matéria foi encaminhada inicialmente à Comissão de Educação, onde foi relatada pelo Senador Delcídio Amaral. O parecer foi aprovado com uma emenda de redação, para adequar a terminologia utilizada no art. 1º, visando a substituir o termo “energia nuclear” pelo termo “energia elétrica, de origem nuclear”.

Em seguida, a matéria veio para esta Comissão, onde, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, receberá parecer em caráter terminativo. Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

É inegável que a matéria que ora analisamos tem o mérito de instituir uma justa compensação às comunidades circunvizinhas de usinas nucleares, sujeitas

a riscos permanentes de acidentes nucleares, embora estes sejam improváveis, dadas as rigorosas medidas preventivas de segurança.

Atualmente, os beneficiados com a aprovação do PLS sob análise seriam o Estado do Rio de Janeiro, o Município de Angra dos Reis e seus Municípios limítrofes: Mangaratiba, Rio Claro e Parati, no Rio de Janeiro, e São José do Barreiro e Bananal, em São Paulo. Mas, como bem salientou o Senador Delcídio Amaral em seu parecer aprovado na Comissão de Educação, muitos outros Municípios e Estados poderão beneficiar caso o Programa Nuclear Brasileiro proposto pelo Presidente Lula, com tecnologia nacional, torne-se realidade.

A esta Comissão cabe avaliar aspectos econômico-financeiros e tarifários de qualquer matéria que lhe seja submetida. A aprovação do PLS importaria uma compensação total, avaliada com base nas demonstrações da Eletronuclear para o exercício de 2004, de cerca de R\$ 45 milhões. O montante estimado seria distribuído da seguinte forma: R\$ 13,5 milhões para o Estado do Rio de Janeiro, R\$ 18 milhões para o Município de Angra dos Reis e R\$ 13,5 milhões divididos eqüitativamente entre os Municípios de Mangaratiba, Rio Claro, Parati, São José do Barreiro e Bananal.

A compensação traduzir-se-ia em um aumento da tarifa ao consumidor final, mas que seria irrelevante. Excluídos os tributos, em 2004, a receita anual arrecadada dos consumidores de todas as distribuidoras atendidas pelo Sistema Interligado Nacional montou a R\$ 55.740 milhões. O acréscimo de R\$ 45 milhões sobre essa receita anual representaria um aumento de meros 0,08% na tarifa do consumidor final. Em uma conta de R\$ 100,00, por exemplo, o aumento seria de R\$ 0,08. É uma justa retribuição que todos os consumidores – beneficiários finais da energia gerada pelas usinas termonucleares de Angra dos Reis – darão aos Municípios que assumiram o ônus de receber tais usinas.

Ressaltamos a pertinência da emenda de redação aprovada na Comissão de Educação. Efetivamente, a adequação redacional proposta traz mais aderência do texto ao conceito restrito de energia que se quer dar à matéria.

Sentimos, contudo, a necessidade de alteração da numeração proposta para o dispositivo acrescido à Lei nº 4.118, de 1962. A numeração que lhe foi atribuída – 20-A – introduz o artigo na Seção IV, que trata do Fundo Nacional de Energia Nuclear. Obviamente, o artigo não trata de matéria referente a esse fundo e poderia ser mais bem localizado na Seção VI, que trata de disposições gerais. Por isso, propomos que o referido artigo passe a receber o número 30-A.

Ademais, entendemos oportuno aproveitar a iniciativa do Senador Sérgio Cabral para aprofundar o esforço de aperfeiçoamento da Lei 4.118, de 1962, ativando o Fundo Nacional de Energia Nuclear, criado pelos artigos 19 e 20 dessa lei. Tal fundo é destinado ao desenvolvimento das aplicações da energia nuclear e sua ativação poderá vir a contribuir para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento de sistemas para geração de energia elétrica de origem nuclear, da produção local do combustível nuclear e de outros usos e aplicações nucleares. Por essa razão, apresentamos emenda substitutiva que complementa o PLS nº 367, de 2004.

III –VOTO

Ante o exposto, propomos a esta Comissão, a quem cabe adotar decisão em caráter terminativo sobre a matéria, a aprovação do PLS nº 367, de 2004, na forma do substitutivo que oferecemos a seguir:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367 (SUBSTITUTIVO), DE 2004

Concede participação a Estados e Municípios no resultado da exploração da energia elétrica de origem nuclear, ativa e dispõe sobre o Fundo Nacional de Energia Nuclear, altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se um parágrafo 2º ao art. 20 da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, com a seguinte redação:

“**Art. 20.**
.....

§ 2º O Fundo Nacional de Energia Nuclear aplicará seus recursos em atividades que contribuam para o desenvolvimento tecnológico autóctone das aplicações da energia nuclear como atividades econômicas no País, segundo a seguinte proporção:

I – 50% na implantação e operação de protótipos de instalações de geração de energia elétrica de origem nuclear de pequena potência;

II – 30% na implantação e operação de protótipos de usinas-piloto e de demonstração industrial das etapas do ciclo do combustível nuclear;

III – 20% na implantação e operação de instalações para a produção de radioisótopos. (NR)”

Art. 2º Adicione-se um art. 30-A à Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, com a seguinte teor redação:

“**Art. 30-A.** É concedida a participação de 5% (cinco por cento) no faturamento bruto da exploração de energia elétrica de origem nuclear, aos estados e municípios onde estiverem situadas as usinas e aos municípios limítrofes, na seguinte proporção:

I – 30% para o estado;

II – 40% para o município de localização da usina;

III – 30% divididos igualmente entre os municípios limítrofes.”

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator